

Entre o Beato e os Anjos: do Palácio do Grilo ao Palacete do 4.º Duque de Lafões

Margarida Elias¹

Resumo

No presente artigo iremos abordar o Palacete do 4.º Duque de Lafões, mandado construir por D. Caetano Segismundo de Bragança (1856-1927), 4.º Duque de Lafões, em 1914, e que se localiza na Rua dos Anjos. Contudo, para melhor compreendermos o contexto histórico-artístico desta construção, iremos recuar até ao século XVIII, começando por abordar a genealogia dos Duques de Lafões e a história do Palácio do Grilo, no Beato, mandado construir por D. Pedro de Bragança (1718-1761), 1.º Duque de Lafões, após o Terramoto de 1755. Subsequentemente, iremos recordar a importante personalidade de D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, bisavô de D. Caetano de Bragança. Só depois passaremos para a antiga freguesia dos Anjos e a rua do mesmo nome, procurando compreender a razão pela qual foi escolhido este local para residência do 4.º Duque de Lafões. Por fim, iremos analisar a arquitectura e decoração deste edifício, terminado em 1921, mas ainda muito ligado quer em termos estilísticos, quer em termos sociológicos, à história do século XIX e à antiga nobreza.

O Palacete foi edificado num mundo em mudança, onde, pouco antes da altura em que foi construído, a Avenida dos Anjos (inaugurada em 1903, com o nome de Avenida D. Amélia), cortava a Rua dos Anjos e passava a denominar-se, desde 1910, Avenida Almirante Reis. Deste modo, o Palacete do 4.º Duque de Lafões é testemunho de um tempo que tinha terminado, com a característica significativa de ostentar uma fachada brasonada, dez anos passados após a instauração da República.

Palavras-chave

Palacetes – Duques de Lafões – Freguesia dos Anjos.

¹ Instituto de História da Arte (IHA NOVA FCSH / IN2PAST); e-mail: margaridaelias@fcsb.unl.pt. Para este trabalho tivemos o valioso contributo, que agradecemos, dos historiadores de arte Susana Flor, Pedro Flor, Sofia Braga e Hélder Carita.

Entre o Beato e os Anjos: do Palácio do Grilo ao Palacete do 4.º Duque de Lafões

Resumen

En este artículo abordaremos el Palacete construido en 1914 por D. Caetano Segismundo de Bragança, 4.º Duque de Lafões, en la Calle de los Anjos. Sin embargo, para una mejor comprensión, nos remontaremos al siglo XVIII, comenzando por abordar la genealogía de los duques de Lafões y la historia del Palácio do Grilo, en Beato, construido por orden de D. Pedro de Bragança, 1er duque, tras el terremoto de 1755. Posteriormente, recordaremos la importante personalidad de D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, bisabuelo de D. Caetano de Bragança. Solo entonces nos desplazaremos hacia la antigua parroquia de los Anjos y la calle del mismo nombre, tratando de percibir por qué se eligió este lugar para residencia del IV Duque de Lafões. Finalmente, analizaremos la arquitectura y decoración de este edificio, terminado en 1921, pero aún muy conectado tanto en términos estilísticos como sociológicos, con la historia del siglo XIX y la antigua nobleza.

El edificio surgió en un mundo cambiante, donde, poco antes de su construcción, la Avenida de los Anjos (inaugurada en 1903, con el nombre de Avenida D. Amélia), cruzaba la Calle de los Anjos y pasó a llamarse, desde 1910, Avenida Almirante Reis. De esta manera, el Palacete da testimonio de una época que había concluido, con la significativa característica de presentar una fachada blasonada, diez años después de la instauración de la República.

Palabras clave

Palacios – Duques de Lafões – Parroquia de Anjos.

Introdução

O artigo que agora publicamos versa sobre um Palacete² mandado construir pelo 4.º Duque de Lafões, D. Caetano Segismundo de Bragança, cujo projecto data de 1914, tendo sido concluído em 1921. Situado no extremo Norte da Rua dos Anjos, junto do Largo de Santa Bárbara, a sua localização é significativa, pois na altura em que foi construído ficava relativamente distante do centro da cidade, muito embora não estivesse longe do antigo Palácio da Bemposta, mandado reedificar por D. Catarina Rainha de Inglaterra (1638-1705) em 1701, entretanto transformado em Escola do Exército. Ao nível arquitectónico, a casa destaca-se como um edifício eclético de estilo Beaux-Arts, com brasão na fachada, numa rua onde não subsistem edifícios semelhantes.

Ao longo deste texto iremos trabalhar diversos aspectos relacionados com o edifício, sendo para já de explicitar que a bibliografia existente é assaz escassa, pelo que ancorámos a nossa investigação sobretudo no volume de obra existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa³. Além do mais, o palacete é apenas mencionado no livro *Arquitectura do Príncipe do Século em Lisboa, (1900-1925)* (1991). Relativamente ao 4.º Duque de Lafões poucas notícias existem, contando-se entre elas a entrada do dicionário *Portugal* (1909) e o artigo da historiadora Isabel Cluny no *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910* (2006), ou ainda as referências de Pépe Luís, sobretudo no livro *Fado, Mulheres e Tóiros* (1945). Sobre o Palacete, nós publicámos uma ficha no site *A Casa Senhorial* (2022), onde abordamos algumas das questões que serão aprofundadas neste artigo.

Assim, dada a escassez de fontes, sentimos necessidade de recuar a nossa investigação ao século XVIII, nomeadamente à primeira residência da família – o Palácio do Grilo, ao Beato, bem como à história dos primeiros Duques de Lafões, sobre os quais existe alguma bibliografia a considerar. Sobre o 2.º Duque de Lafões, apoiámo-nos sobretudo ao livro de Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões – uma vida singular no século das luzes* (2006). A fim de reconstituir o contexto do Palácio do Grilo foi para nós de grande importância o livro de José Sarmiento Matos e Jorge Ferreira Paulo, sobre o *Caminho do Oriente* (1999), bem como a consulta da tese de doutoramento de Sofia Braga, «*Eis o Exímio Pintor, Douto Cyrillo, tão Grande na Lição como no Estillo*», *Dinâmicas Artísticas na Obra de Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823)*, datada de 2021.

² Entendemos como palacete um edifício do século XIX ou início do século XX, cuja configuração arquitectónica se assume como um palácio de pequenas dimensões. Sobre este assunto, cf. por exemplo: França, 1990; Leal, 2005; Carita, 2017; Elias, 2022.

³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Processo de Obra N.º 18519, Rua dos Anjos, 82 e 82 A – Traz Regueirão dos Anjos, 51 e 53.

Os Duques de Lafões

O título dos Duques de Lafões remonta a 1718, tendo sido atribuído pelo rei D. João V (1689-1750) ao seu sobrinho D. Pedro Henrique de Bragança (1718-1761). Este era filho de D. Miguel de Bragança (1699-1724), por sua vez filho legitimado do rei D. Pedro II (1648-1706) e D. Ana Armanda de Vergé, dama francesa, que viera para Portugal, com sua mãe, integrada na Casa da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia (1646-1683). D. Miguel de Bragança casou-se com D. Luísa Antónia Inês Casimira de Sousa Nassau e Ligne (1694-1729), que era a 30.^a Senhora da Casa de Sousa (cuja antiguidade remonta ao século IX), tendo sido também a 1.^a Duquesa de Lafões. Após a morte de seu pai, D. Pedro Henrique entrou na posse de todos os bens e ordens que lhe pertenciam e, por via materna, dos senhorios, morgados, vilas, comendas e bens das Casas Miranda e Arronches, das quais herdou os títulos (Araújo, 1950, 34). Embora tenha tido descendência (D. Ana de Bragança e Maria Leonor de Saldanha⁴), o 1.^o Duque de Lafões não chegou a casar-se, pelo que o título de Duque de Lafões passou para o seu irmão D. João Carlos de Bragança (1719-1806).

Figura erudita da sociedade portuguesa, em 1757, D. João Carlos de Bragança empreendeu «(...) uma grande viagem cultural, (...) que o levou a ausentar-se de Portugal por um período de 20 anos (...)» (Braga, 2012, 82). Tendo iniciado o seu périplo por Londres, onde se tornou membro da *Royal Society*, passou por Bruxelas em direcção a Viena, onde se juntou às tropas austríacas no âmbito da guerra *dos Sete Anos*. Entretanto, viajou pela Itália, França (Paris), território da actual Alemanha, Polónia (Varsóvia), Suécia (Estocolmo), Dinamarca (Copenhaga), Turquia e Ilha de Malta. Destaque-se ainda a passagem pela Rússia (Moscou e São Petersburgo), onde conheceu a Imperatriz Catarina, a Grande (1729-1796), tendo sido feito membro da Academia Imperial das Belas-Artes. A estada em Viena foi não só a mais longa, como a mais significativa, pois terá «visto e ouvido o jovem Mozart [1756-1791] tocar», tendo-se tornado amigo do compositor Christoph Willibald Gluck (1714-1787), que lhe dedicou uma ópera. Além disso, conheceu outras personalidades marcantes da sociedade do seu tempo, entre os quais Benjamin Franklin (1706-1790) (cf. Monteiro et al., 2006). A documentar visualmente este périplo, posou para o pintor francês Louis Rolland Trinquesse (c. 1746-1800) (1779) que lhe fez

⁴ Nascida cerca de 1750, foi mãe de Maria Joaquina Xavier de Saldanha (n. 1774) que se casou em 1801 com Joaquim Pedro Quintela (1748-1817), 1.^o Barão de Quintela.

um retrato eivado de referências culturais (pirâmides do Egipto, estatuária clássica, conhecimento livresco) (Soares, 1971, 171-172), o qual foi aberto para gravura por Juste Chevillet (1729-1790), acompanhada pela frase: «Qui mores hominum multorum vidit et urbes» (Fig. 1). Esta frase, à qual voltaremos, corresponde ao terceiro verso da *Odisseia* de Homero, traduzindo-se por «De muitos homens viu as cidades e a mente conheceu» (Homero, *Odisseia*, I, 43).

D. João Carlos de Bragança encontrava-se em Paris quando ocorreu a morte do rei D. José (1714-1777), iniciando o regresso a Portugal em 1778. Com o reinado de D. Maria I (1734-1816), tomou posse das comendas, recebeu os títulos, bens e ordens que herdara do seu irmão, assumindo o título de 2.º Duque de Lafões. Chegou a Lisboa em 1779, onde recebeu diversos cargos militares, alcançando o cargo de marechal-general em 1791. Entretanto, juntou-se ao abade e cientista José Francisco Correia da Serra (1750-1823), que conhecera em Itália, com quem fundou a Academia Real das Ciências, em 1779 – de que o Duque foi o primeiro presidente e Correia da Serra o respectivo secretário, tendo sido instalada no Real Palácio das Necessidades, em 1780. D. João Carlos foi possuidor de uma notável colecção, a qual incluía uma importante biblioteca com manuscritos raros e uma galeria de pintura, leiloadada em 1865. Dessa galeria constavam obras dos pintores Domenico Zampieri dito *il Domenichino* (1581-1641), Guido Reni (1575-1642), José de Ribera (1591-1652), Jacopo Bassano (1510-1592), um esboço de Peter Paul Rubens (1577-1640), uma obra de David de Heem (1606-1684) (hoje pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga), etc. (Braga, 2021, 360-361).

Em 1788, D. João Carlos de Bragança casou-se com D. Henriqueta Lorena e Meneses (1772-1810), filha dos 5.ºs Marqueses de Marialva, de quem teve quatro filhos: D. Carlota (1792), D. José João (1795-1801), D. Ana Maria (1797-1851) e D. Maria Domingas (1801-1855). Foi D. Ana Maria de Bragança quem herdou o título de 3.ª Duquesa de Lafões, que acumulou com o de 5.ª Marquesa de Arronches, 9.ª Condessa de Miranda, 33.ª Senhora da Casa de Sousa. Sucedeu a seu tio materno, 6.º Marquês de Marialva, tanto na Casa de Marialva-Cantanhede como no Morgado de Medelo. Casou-se em 1819 com D. Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo (1800-1867), filho do 5.º Duque do Cadaval e Duque de Lafões (por mercê de 1819), Marquês de Arronches, Conde de Miranda, e Par do Reino (carta de 30 de Abril de 1826), sócio Honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa. O casal teve cinco filhas, sendo a primogénita D. Maria Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (1820-1865), Senhora das Casas de Lafões e de Marialva.



FIGURA 1 - Juste Chevillet, *Qui mores hominum multorum vidit et urbes* / peint par Trinquesse en 1779, 1781, Biblioteca Nacional [<https://purl.pt/5620>, acesso em 3 de Outubro de 2022].

Devido às suas convicções legitimistas, D. Maria Carlota de Bragança não usou o título de Duquesa de Lafões, muito embora tenha usado o de 6.ª Marquesa de Arronches. Casou-se em 1853 com D. Pedro de Portugal e Castro (1830-1878), Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, filho dos 5.ºs Marqueses de Valença e 12.ºs Condes de Vimioso. O casal teve cinco filhos, o mais velho dos quais D. Caetano Segismundo, futuro 4.º Duque de Lafões (1856-1927), foi o encomendador e proprietário do Palacete da Rua dos Anjos, que iremos estudar.

O Palácio do Grilo

Antes de 1755, os Duques de Lafões habitavam o Palácio dos Sousa de Arronches, perto dos Conventos do Carmo e da Trindade, em Lisboa, que foi destruído pelo Terramoto. Por esse motivo, D. Pedro Henrique de Bragança, 1.º Duque de Lafões passou a residir na Quinta de Alpriate⁵, na zona de Vialonga, provavelmente com o seu irmão D. João Carlos e a sua irmã D. Joana Perpétua de Bragança (1715-1785) (Braga, 2021, 340). Sendo Regedor das Justiças, e tendo «um papel central nos primeiros tempos que se seguiram ao Terramoto» (Monteiro et al., 2006, 39), D. Pedro Henrique foi envolvido no Alvará de Maio de 1758 que regulou o processo de reconstrução da Baixa de Lisboa, contactando directamente com os engenheiros e arquitectos Manuel da Maia (1677-1768) e Eugénio dos Santos (1711-1760).

É de assumir que D. Pedro Henrique de Bragança terá, desde logo (1756-1758), dado início aos planos de edificação do palácio do Grilo, na quinta que herdara de sua mãe, e que era usada como local de veraneio, pois ficava fora das portas de Lisboa, mas suficientemente perto da Corte (Araújo, 1950, 34). Neste local já existiria uma casa ou conjunto de casas, pelo menos desde o século XVII, que se presume que possam ter sido atingidas pelo sismo (cf. Braga, 2021, 341-342). É possível que o projecto de reconstrução seja devido a Eugénio dos Santos, presunção que resulta da existência de um conjunto de desenhos de arquitectura referentes ao palácio (não assinados, pertencentes ao Museu da Cidade de Lisboa), incluídos numa pasta identificada com o nome de Eugénio dos Santos, podendo a construção também ter tido acção de Carlos Mardel (1695-1763) (cf. Braga, 2021, 343-344).

⁵ Acerca deste edifício, hoje devoluto, cf. Patrícia Costa, 2001 e João Machado, 2006, «Quinta do Duque / Quinta de Alpriate», in *Sipa, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10459, acesso em 3 de Novembro de 2022]

Nos projectos, a planta assumia um formato quadrangular, parcialmente envolta por jardins (a Sudoeste e Noroeste), tendo ao centro o que interpretamos como um pátio interior⁶. A fachada principal, caso tivesse sido construída, seria virada a Sudeste, para a Rua do Grilo e para o Tejo, devendo ser encimada por um frontão com as armas dos Sousa de Arronches (Lafões). Contudo, apenas foi executado o andar térreo e uma parte do piso nobre. Nesta fase, o projecto só foi parcialmente realizado, aproveitando-se o que já existia das casas anteriores ao Terramoto, adaptadas a uma nova configuração. É significativo que de acordo com os Livros dos Arruamentos (no período entre 1762 e 1790), a propriedade era descrita «como uma quinta composta por casas nobres com lojas e 1.º andar», mas em 1791 já era referida como um palácio, o que se deverá às obras empreendidas depois do regresso do 2.º Duque de Lafões, em 1779 (cf. Braga, 2021, 343 e 345).

Depois de chegar a Lisboa, D. João Carlos não foi logo viver para este Palácio, tendo estado hospedado no Sítio dos Bem-Casados, provavelmente na quinta de Ayres de Sá e Melo (1715-1786) (Palácio Anadia) onde viveu com a sua irmã, D. Joana (até 1780). Em 1783, passava temporadas na Quinta do Grilo, mas em 1785 já lá viveria, muito embora ainda decorressem obras, como se depreende pelo depoimento de Marc Marie, Marquês de Bombelles (1744-1822), embaixador de França em Portugal, referindo-se ao ano de 1786: «(...) depois de jantar, o Duque levou-me a ver os trabalhos que ele empreendeu para juntar um jardim e aumentar a sua casa. Ele trouxe das suas viagens ideias decorativas e de comodidade desconhecidas da maioria dos portugueses (...)»⁷ (Braga, 2021, 345-347).

Na altura do seu casamento, em 1788, D. João Carlos de Bragança e D. Henriqueta de Lorena e Menezes ficaram a residir na quinta de Marvila (dos Marialva), depois na quinta da Torre Bela e, mais tarde, na quinta da Mitra, pertencente ao Patriarcado de Lisboa. As obras no Grilo só terão terminado em 1789 (Braga, 2021, 348). Para esta fase de trabalhos, o arquitecto responsável poderá ter sido José da Costa e Silva (1847-1819), hipótese sugerida por Sofia Braga, em parte pela comparação entre o corpo construído a Noroeste do palácio e a fachada do Teatro de São Carlos (1791), ambos com grinaldas inseridas numa cartela (Fig. 2). Na fachada principal (voltada para o rio Tejo), o piso inferior foi colmatado por um terraço com balaustrada (Braga, 2021, 349-350) (Fig. 3).

⁶ Estes desenhos foram publicados in Matos, 1999, 84-85; podem ser consultados in «Palácio dos Duques de Lafões, ao Grilo», *A Casa Senhorial* [<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/plantas-antigas/205-palacio-dos-duques-de-lafoes-ao-grilo>], acesso em 18 de Maio de 2023].

⁷ Marc Marie Bombelles, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979, pp. 47-48. Cit. in Braga, 2021, 347.



FIGURA 2 • Fachada Noroeste do Palácio do Grilo. Fotografia da autora.



FIGURA 3 • Fachada Sudeste do Palácio do Grilo. Fotografia da autora.

Onde a acção de D. João Carlos de Bragança se fez sentir mais vincadamente foi na decoração dos interiores, especialmente no piso nobre, com encomendas a vários pintores, entre os quais Cirilo Volkmar Machado (1748-1823). Em 1792, uma das salas onde este pintor interveio foi na chamada «Sala da Academia» (Fig. 4), que se localiza no corpo Noroeste mais recuado do palácio. No tecto encontra-se uma pintura com diversos elementos iconográficos relacionados com as artes (e as ciências), temas que também se estendem às alegorias representadas nas paredes. A figura central do tecto é uma alegoria com uma figura feminina alada, simbolicamente associada à *Virtu*, significando o *Triunfo da Arte sobre a Natureza* (Braga, 2021, 368-385). O mesmo pintor também decorou outras duas salas, nomeadamente na Sala de Vénus, que actualmente se denomina Sala do Duque, e o Gabinete Verde, ambas no piso térreo, contíguas à Sala da Academia. O Gabinete Verde corresponde a uma antessala em cujo tecto se veem duas figuras infantis aladas. Na Sala de Vénus está figurado o *Nascimento de Vénus*, decoração provavelmente ligada ao amor conjugal e à fidelidade, para o que remetem os cães pintados no lambril (Braga, 2021, 422-428). São ainda de assinalar outras duas salas junto da capela, sobretudo a chamada Salada Chinesa, em cujo tecto de vê o motivo de guarda-sol (efeito *umbrella*) – assunto ao qual regressaremos mais à frente neste texto (Fig. 5) (cf. Matos, 1999, 77-87).

Neste palácio, em 1851 morreu D. Ana Maria José Carlota de Bragança 3.^a Duquesa de Lafões, que também aí nascera. A filha desta, D. Maria Carlota de Bragança, 6.^a Marquesa de Arronches, habitou igualmente no palácio, assim como o filho, D. Caetano Segismundo de Bragança, 4.^o Duque de Lafões, pelo menos até cerca de 1897⁸. No seu tempo foram vendidas grandes parcelas de terreno, a Poente, para ampliação dos serviços da Manutenção Militar e outros, a Norte, para uma urbanização. Datada de 1907 é uma pintura no tecto de uma sala do segundo andar, assinada por Francisco Vilaça (c. 1850-1915), dedicada ao tema *A Noite e o Dia* (cf. Braga, 2019-2020, 205). Esta pintura poderá ter sido encomendada por D. Caetano de Bragança, apesar de já não viver no Palácio nesta altura. O seu filho, D. Afonso (1893-1946), 5.^o Duque de Lafões, veio a habitar no palácio mais tarde, tendo procedido a uma série de obras, incluindo a construção de anexos – sendo plausível que nessa altura se tenham eliminado algumas pinturas murais, nomeadamente na Sala de Jantar (Braga, 2021, 428).

⁸ «(...) Em vinte um de Maio de mil oitocentos noventa e sete, (...) Dom Caetano Segismundo de Bragança, solteiro, Par do Reino e proprietário morador no seu palacio ao Grilo, Calçada do Duque de Lafões (...)». In Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Casa de Lafões, NP 90, n.º 30, «Lisboa: Rua dos Anjos, n.º 232 a 232 A», fl. 15.



FIGURA 4 · Fachada da entrada para a Sala da Academia. Fotografia da autora.

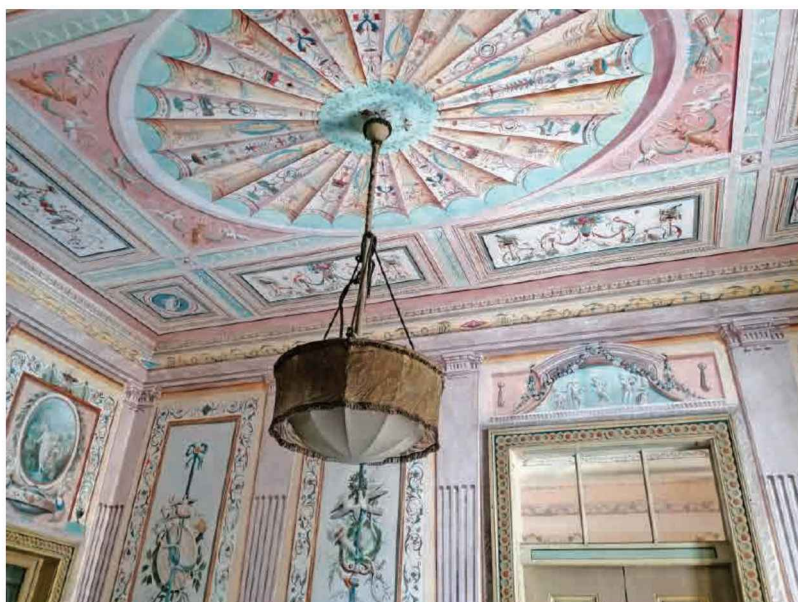


FIGURA 5 · Tecto da Sala China do Palácio do Grilo. Fotografia da autora.

O 4.º Duque de Lafões

D. Caetano Segismundo de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva nasceu a 12 de Maio de 1856, sendo natural da freguesia do Beato António, batizado na capela do Palácio do Grilo, no dia 14 desse mês⁹. Além de 4.º Duque de Lafões, foi 7.º Marquês de Arronches e 10.º Conde de Miranda do Corvo, encartes que pagou mas não chegou a usar (Cluny, 2006, 670). Frequentou a Universidade de Coimbra onde se matriculou na Faculdade de Direito em 4 de Outubro de 1873 formando-se, com o grau de Bacharel, em 14 de Junho de 1878¹⁰. Nessa altura terá sido colega e amigo de Vicente Pinheiro de Melo (1853-1922), 2.º Visconde de Pindela¹¹, irmão do 1.º Conde de Arnoso, que foi membro do grupo dos Vencidos da Vida. Em 1882, D. Caetano de Bragança ascendeu ao pariato na qualidade de sucessor do seu avô, prestando juramento a 17 de Março. Além do Palácio do Grilo, possuía «grandes propriedades, principalmente no Ribatejo», entre elas a Quinta da Torre Bela¹² (Azambuja)¹³.

D. Caetano casou civilmente em 28 de Julho de 1904¹⁴, fazendo a cerimónia religiosa no dia 30, na Igreja dos Santos Reis Magos do Campo Grande, com Leonor de Osete y del Alamo (1871-1921), tendo como testemunhas o Visconde de Alvalade, Alfredo Augusto das Neves Holtreman (1837-1920)¹⁵ e o jurista Manuel Correia Seabra¹⁶. Sua mulher, D. Leonor nascera em Madrid, em 11 de Abril de 1871, sendo filha do jurista Gabriel Osete y González (1840-1907) e de Sebastiana del Alamo y Fernandez (1840-1921). O casal já tinha cinco filhos, que foram legitimados na altura do casamento: D. Afonso de Bragança, futuro 5.º duque de

⁹ ANTT, Livro de Registo de Batismos da Paróquia do Beato, 1840-1859, f. 113.

¹⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Índice de Alunos – Caetano Segismundo de Bragança (D.) [<https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=187318&ht=caetano&detailsType=Description>, acesso em 10 de Maio de 2022].

¹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Particular Casa de Pindela, Carta de D. Caetano de Bragança para Vicente Pinheiro de Melo, com data de Abril de 1874.

¹² Quinta que pertencia ao Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Luís de Sousa, confessor de D. Pedro II, que integrou o domínio dos Duques de Lafões desde a instituição deste título em 1718. Desde 1997, pertence à Sociedade Agrícola da Quinta do Convento da Visitação. Cf. *Quinta do Convento* [<http://www.quintadoconvento.pt/pt-pt/torrebela/história.aspx>, acesso em 3 de Novembro de 2022].

¹³ *Diário de Lisboa*, 8 de Outubro de 1927, p. 5.

¹⁴ ANTT, Casa de Lafões, NP 70, n.º 70, «Apontamentos manuscritos».

¹⁵ Advogado e proprietário, dirigiu e solicitou os negócios da Casa de Lafões, até à sua morte, em 1920. Cf. ANTT, Casa de Lafões, Livros de Registo de Receita e Despesa. Foram consultados os livros 105-109, 125 e 138, entre os anos de 1912 e 1920.

¹⁶ ANTT, Livro de Registo de Casamentos da Paróquia do Campo Grande, 1899-1905, fl. 5v-6v.



FIGURA 6 - «Duque de Lafões», in Luís, 1945.

Lafões; D. Henriqueta de Bragança (1894-1975); D. Joana de Bragança (1895-1973), D. Luísa de Bragança (1896-1981) e D. Mariana de Bragança (1900-1913)¹⁷.

¹⁷ Na altura do batizado da sua filha, D. Henriqueta, a 11 de Março de 1894, ele é dado como morador no palácio, dizendo-se que a criança se achava «a crear na casa numero onze, terceiro andar, lado direito, da Avenida da Liberdade», tendo como padrinhos D. Afonso (talvez D. Afonso Portugal e Castro) e D. Genoveva Osete y Alamo (c. 1874-1943), irmã da mãe, D. Leonor. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia de São José, Livro de Registo de Batismos, 1894, f. 13 v. . Idêntica informação repete-se no batizado da filha D. Luísa, a 1 de Novembro de 1896, na Igreja de São José, com a diferença que a menina vivia no n.º 103, 4.º andar, da Avenida da Liberdade, tendo a mesma madrinha, mas o padrinho passando a ser Gabriel Osete, seu avô. In ANTT, Paróquia de São José, Livro de Registo de Batismos, 1896, f. 74 v. .

Importa aqui realçar o facto de ter existido casamento civil, numa altura em que este ainda não era obrigatório, uma vez que ambos eram católicos – tal se comprova pelo facto de, como iremos observar, o Palacete do 4.º Duque de Lafões ter oratório (assinalado pelo exterior através de decoração em relevo), como pelas palavras do próprio Duque no seu testamento: «é católico apostólico romano, nesta religião nasceu, nela tem vivido e nela quer morrer (...)»¹⁸. A explicação possível para se terem casado primeiro pelo civil, deverá estar relacionada com o facto de já ter cinco filhos com D. Leonor antes de se casar e de, pelo que se depreende pelas fontes existentes, terem vivido na mesma casa ainda antes do matrimónio. Esta situação deverá também estar ligada à circunstância de ter decidido deixar de viver no Palácio do Grilo, assim como à escolha da localização do futuro palacete, numa zona onde a presença da nobreza era já pouco significativa – assunto ao qual voltaremos.

Em 1927, no *Diário de Lisboa*¹⁹, conta-se que «D. Caetano foi uma figura marcante na sociedade portuguesa. Toureiro, caçador e boêmio, brilhou como cavaleiro no Campo de Santana e noutras praças, matou veados á lança na sua quinta da Ruela [sic] (...)». Ainda se refere que «tinha um grande culto pela Severa», pelo que se deduz que era apreciador de fado – o que é corroborado por uma notícia na revista *Brasil Portugal*, segundo a qual ofereceu uma festa para celebrar a guitarra da “Severa”, em 1907²⁰. Pépe Luís fala detalhadamente sobre esta festa no livro *Fado, Mulheres e Toiros* (1945), relatando que ela foi realizada no Casino de Paris, na Avenida da Liberdade²¹, sendo a decoração da sala entregue ao cenógrafo Eduardo Reis (pai). Entre os presentes estavam o Marquês da Foz²², D. João da Câmara (1852-1908), Bulhão Pato (1828-1912) e Júlio Dantas (1876-1962) (Luís, 1945, 27-41).

¹⁸ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), Processo n.º 2056, Ano de 1927-1928, Freguesia dos Anjos, «Autos de liquidação e contribuição de registo por título gratuito», Caetano Segismundo de Bragança, Rua dos Anjos 128, 10 de Outubro de 1927, fl. 9: – Transcrição do testamento feita em 31 de Outubro de 1927. Este está na folha 91, verso do livro 194 do registo geral dos testamentos do 1.º Bairro.

¹⁹ *Diário de Lisboa*, 8 de Outubro de 1927, p. 5.

²⁰ *Brasil Portugal*, N.º 213, 1 de Dezembro de 1907.

²¹ Pépe Luis diz que o empresário deste estabelecimento era o Visconde de Cabrela, José simões Carneiro (1852-1899), amigo do Duque de Lafões, mal tal não é possível visto que este faleceu em 1899. Este Casino abriu em 1906, pertencendo a Santos Libório (1850-1923). Cf. *Brasil-Portugal*, N.ºs 187 e 188, 1 e 16 de Novembro de 1906.

²² Talvez Gil Correia de Queiroz, 3.º conde da Foz (1880-1944).

A ligação às touradas e à Severa poderão ser influência do tio de d. Caetano de Bragança, D. Francisco Portugal e Castro (1817-1864)²³, 13.º Conde de Vimioso, conhecido como cavaleiro tauromáquico e amante da fadista Maria Severa Onofriana (1820-1846)²⁴. A este propósito convém abrir um breve parêntesis sobre o «Marialvismo»²⁵ e recordar que além de ser sobrinho do Conde de Vimioso, D. Caetano tinha ligação aos Marqueses de Marialva por via de sua bisavó, D. Henriqueta Lorena e Meneses (1772-1810), filha dos 5.ºs Marqueses de Marialva, que casara com o 2.º Duque de Lafões, além de que a casa de Marialva fora incorporada na dos Duques de Lafões, após a morte do 6.º Marquês, D. Pedro de Meneses Coutinho (c. 1775-1823). Segundo o testemunho de Pépe Luís: «sempre concluí tratar-se dum espírito marialvesco puríssimo. Toreou a cavalo em rapaz, foi *ganadeiro*, um carácter de eleição, e pôs sempre a sua inteligência e erudição ao serviço das causas justas» (Luís, 1945, 40). No livro *Lisboa das Toiradas*, o mesmo autor dedica uma entrada ao Duque de Lafões, onde conta que além de toureiro, «idolatrava o fado e a guitarra, os elementos indispensáveis ao bulício das tardes e madrugadas de esperas de toiros» (Luís, 1947, 161-162).

Regressando ao *Diário de Lisboa* de 1927, somos informados que, após a morte da sua mulher (ocorrida a 12 de Outubro de 1921), se tornou «triste e abatido». D. Caetano de Bragança veio a falecer a 7 de Outubro de 1927, num «quarto do hospital de S. Luís», sendo que «O capelão do Hospital acompanhou o corpo até aos Prazeres». Nessa altura, ainda de acordo com o *Diário de Lisboa*, no Palácio do Grilo vivia o Conde de Redondo e Vimioso²⁶, encarregado de dirigir o funeral, juntamente com o Conde da Foz. Por sua vez, o *Diário de Notícias*, considerava o falecido como «um dos maiores fidalgos de Portugal», um «dos últimos senhores duma geração fulgurante de fidalgos-boémios e toureiros. Simples e sóbrio, (...) vestindo sempre à velha maneira dos fins do século passado (...)»²⁷. Esta imagem é reiterada por César da Cunha Belém, no *A. B. C.* de 1927, que o descreveu como

²³ Ver, por exemplo: «Condes de Vimioso», in José Costa Pereira (Coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Publicações Alfa, 1985, pp. 337-338.

²⁴ Sobre a Severa ver, por exemplo: Riccardo Cocchi, «Maria Severa Onofriana: ancestralidade de uma heroína romântica», in *Romantis - História, Arte, Cultura e Património do Romantismo*, N.º 1, 2022, pp. 202-221.

²⁵ Sobre este tema, ver, por exemplo: Miguel Vale de Almeida, «Marialvismo. Fado, touros e saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional», in *Trabalhos De Antropologia E Etnologia*, V. 37 (1-2), 1997, pp. 41-65.

²⁶ D. José Luís de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes, 17.º conde de Redondo e 14.º conde de Vimioso (1859-1930), sócio do Clube Tauromáquico e primo em segundo grau do Duque de Lafões.

²⁷ *Diário de Notícias*, 8 de Outubro de 1927.

um «aristocrata» que vivia «modestamente no meio das recordações do grande passado dos seus» (cit. in Luís, 1945). No *Século*, contava-se que «Depois do falecimento do seu irmão» ficara «mais retraído (...), limitando a sua existência à intimidade da sua casa e à gerencia das suas propriedades»²⁸.

Devemos atender aqui a informação disponível nos «Autos de liquidação e contribuição de registo por título gratuito» (1927)²⁹. No processo consta um *Ofício de D. Afonso de Bragança para a Repartição do 1.º Bairro Fiscal de Lisboa*, onde se lê que este vivia na Avenida Duque de Loulé, 50 e que D. Caetano de Bragança morava na Rua dos Anjos n.º 128, com as filhas D. Henriqueta e D. Joana. A outra irmã, casada desde 1924, vivia no rés-do-chão da Av. Almirante Reis, n.º 133. No testamento dizia-se que da parte dos bens que «livremente pode dispor, deixa dois terços a seu filho Dom Afonso e outro terço a suas trez filhas em partes eguaes». A parte que ficava para o filho deveria compreender os seguintes bens: «Quinta dos Grilos ou do Grilo e seu Palacio, residencia da Casa Ducal de Lafões, sita no Beato, desta cidade, a Quinta da Marquesa, sita no Concelho de Azambuja, a Tapada da Torre Bela e o seu palacio, tambem do Concelho da Azambuja (...)». O filho deveria ficar com estes bens para «conservar as tradições de familia», mas ressalvava que dedicava «amisade e estima igual a todos os seus filhos, não tendo consequentemente, preferencia por qualquer deles, e as disposições que deixa feitas são por tradição de familia e alem disso sendo seu filho Dom Afonso o unico varão a este incumbe ficar com bens de familia, aos quaes estão ligados gratas e respeitosas recordações e tradições. (...) Deseja que não se façam participações do seu funeral se não oito dias depois dêste se realizar. Deixa um abraço muito apertado a todos os seus amigos e irmãos, e em especial a seu irmão Dom José de Bragança [1857-1945]»³⁰.

O balanço da herança³¹ refere os diversos bens existentes na altura da morte, entre eles mobiliário, pratas e joias, mas sobretudo imóveis. Em Lisboa, o prédio da Avenida Duque de Loulé, n.º 50; outro na Rua do Norte, n.ºs 12-16 (Encarnação); na Praça Luís de Camões, n.ºs 33-39 (tornejando para a Rua do Norte e das Gáveas); um prédio na Rua dos Anjos, n.ºs 132 a 138; e outro na Rua do Beato, n.ºs 70-72 (antes n.ºs 86 e 87). Além destes, destacamos o «Predio urbano denominado “palacio do Grilo”», acrescido de vários prédios na Calçada do Duque de Lafões (números ímpares), entre o 7 e o 49, bem como os números pares entre 76 e 80. Por último:

²⁸ *Século*, 8 de Outubro de 1927.

²⁹ ACMF, Processo n.º 2056, *Op. Cit.* .

³⁰ ACMF, Processo n.º 2056, *Op. Cit.*, fl. 9.

³¹ ACMF, Processo n.º 2056, *Op. Cit.*, fl. 10.

«Predio urbano sito nesta cidade, na Rua dos Anjos N.ºs 128 e 130, tendo tambem frente para o Regueirão dos Anjos N.ºs 51 e 53, freguezia dos Anjos, desta cidade (...)» – que é o Palacete que iremos estudar. Fora de Lisboa, possuía, como já foi dito, propriedades na Azambuja e imóveis em Alenquer, Campo Maior e Loures, além de domínios directo na Azambuja e Vila Franca de Xira.

A Freguesia e a Rua dos Anjos

Actualmente, o edifício da Rua dos Anjos, n.º 82, faz parte da Freguesia de Arroios, mas até 2012 pertencia à freguesia dos Anjos, instituída depois de 1565, no reinado de D. Sebastião (1554-1878). A ermida dos Anjos já existia pelo menos desde 1513, sendo a igreja construída no final do século XVI. Segundo um estudo recente de Pedro Flor, «(...) desde cedo toda a zona foi habitada e frequentada pela primeira nobreza portuguesa que, não raras vezes, utilizava os arredores da capital para estanciar alguns períodos do ano. Falamos antes de mais da presença da Rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança (1638-1705), que no início do século XVIII (1701) escolheu a zona da Bemposta para fazer edificar os seus paços (...). Depois, vale a pena referir o caso dos Condes de Pombeiro, juízes perpétuos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja dos Anjos. (...)», cuja família habitava na freguesia pelo menos desde 1617. Pedro Flor menciona outras casas nobres, mas estas são as que mais nos importam, pela proximidade do Palacete em estudo (Cf. também Costa, 1939; Pato, 2006).

Para o século XIX, não há indícios que esta freguesia estivesse entre as mais atrativas para a nobreza e alta burguesia que, entretanto, começaram a construir os seus palacetes noutros locais. Se nos restringirmos ao final do século XIX e início do século XX, notamos que os novos edifícios, comumente designados de palacetes, tenderam a acompanhar o crescimento da cidade – primeiro na zona da Avenida da Liberdade e Bairro Barata Salgueiro, depois na das Avenidas Novas. Contudo, as zonas residenciais «da moda» continuavam a ser os «sítios antigos como Sant'Ana, o Príncipe Real, e especialmente a Lapa» (Silva, 1994, 416). Depois da instituição da Monarquia Constitucional, em 1850, o Palácio da Bemposta foi destinado para Escola do Exército. O Palácio Pombeiro, que em 1875 pertencia ao Visconde (e depois Conde) da Azarujinha, António Augusto Dias de Freitas (1830-1904), foi adquirido pela Legação da Itália, a esse titular, no princípio do século XX (Araújo, 1952, 40). No terreno do Palácio dos Condes de S. Miguel, um pouco a Norte do

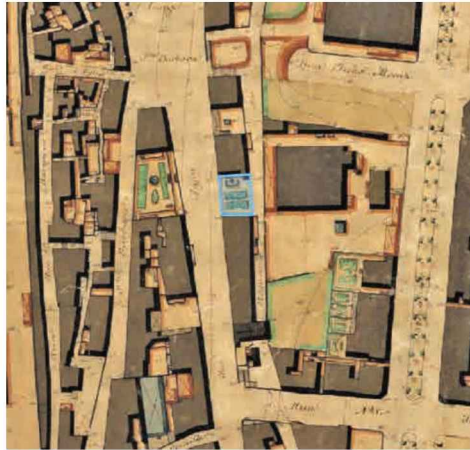


FIGURA 7 • «Cartografia histórica – Silva Pinto – 1911», in *Lisboa Interactiva* [<https://websig.cm-lisboa.pt/>, acesso em 15 de Maio de 2023]. Note-se que o Palacete do Duque de Lafões será construído, posteriormente, num espaço que era ajardinado, entre outros dois edifícios.

futuro Palacete do 4.º Duque de Lafões, estava a Fábrica da Cerveja Leão, que aí se localizou até 1915. Ao que pudemos apurar, o único titular que mantinha residência nas imediações era Luís Calheiros e Meneses (1846-1917), 2.º Conde da Guarda, cujo Palácio se situava no largo de Arroios (Costa, 1939, 81; Pato, 2006, 119).

Mesmo no início do século XX, a zona mais a norte da freguesia dos Anjos, mantinha uma urbanização bastante dispersa, constituída sobretudo por quintas, com construções junto dos arruamentos principais, entre os quais a Rua dos Anjos, que era uma importante via de ligação entre o centro da cidade e a periferia. Restringindo-nos a essa Rua, é de notar que a maioria das casas nobres, sobretudo mais antigas, ficavam para sul, como era o caso do Palácio do Visconde da Graça (Séc. XVIII) no Largo do Intendente e o próprio Palácio de Pina Manique (1733-1805), no mesmo Largo (cf. Sucena, 1994, 560-561).

Apesar de diversas alterações que sofreu (incluindo toponímicas), a Rua dos Anjos é bastante anterior ao Terramoto de 1755, vindo a ter a designação o traçado actual por Deliberação Camarária de 16 de Agosto de 1881 (edital de 22 de Agosto). Foi redesenhada entre 1898 e 1908, datando de 1899, o projecto de alargamento da faixa de rodagem, no troço compreendido entre a Ermida do Resgate e o Largo de Santa Bárbara (Ribeiro, 2000, 121). A maior alteração resultou da concretização do projecto da Avenida dos Anjos, inaugurada em 1903, já com o nome de Avenida D. Amélia (Avenida Almirante Reis desde 1910). Não só esta Avenida atravessa e



FIGURA 8 - «Ermida do Resgate das Almas e do Senhor Jesus dos Perdidos», c. 1900, Arquivo Municipal de Lisboa. O quinto prédio a Norte da Ermida pertenceu ao Duque de Lafões.

interrompe a Rua dos Anjos, como contribuiu para a intensificação da urbanização nesta área da cidade. Outra alteração significativa foi a transferência da Igreja dos Anjos para o local onde está actualmente, na Avenida Almirante Reis, a norte do cruzamento entre essa via e a Rua dos Anjos (Fig. 7).

No que diz respeito ao Palacete do 4.º Duque de Lafões, importa destacar o último troço da Rua dos Anjos, situado entre a rua Álvaro Coutinho e o Largo de Santa Bárbara³², pois é nesse troço que fica o Palacete e, um pouco a Sul, a Ermida do Resgate das Almas e do Senhor dos Perdidos (Fig. 8). A Irmandade de Nossa Senhora do Resgate foi fundada em 1755 e, pouco depois, em «chão doado pelos ascendentes de D. Maria Joana Cardoso Soeiro, casada com Eduardo Rafael Lopes da Silva Valente, começou a construir-se a ermida onde a imagem de Nossa Senhora do Resgate das Almas havia de ser venerada» (Macedo, 1965, 22)³³. A imagem foi levada para a ermida em 1765, tendo iniciado a construção do edifi-

³² Sobre este largo, onde existiu o Palácio de Inácio Lopes de Moura, Desembargador da Casa da Suplicação (Séc. XVII), ver Costa, 1939 e Macedo, 1965.

³³ Segundo Cirilo Volkmar Machado, um painel desta ermida foi pintado por António da Silva Geraldês, filho de Alexandre Geraldês, que era chinês, tendo sido batizado e vindo para Portugal por influência do embaixador Alexandre Metelo. Cf. Machado, 1823, 233.

cio em 1762, data da inscrição na fachada. Esta ermida tinha diversos devotos, entre eles o compositor João José Baldi (1770-1816), que morava num palacete defronte (Macedo, 1965, 22). Muito embora não se conheça uma devoção especial do Duque de Lafões e família por esta ermida, num livro de *Registo de Despesas Particulares*³⁴, no que respeita a despesas de D. Leonor Osete y del Alamo, encontramos uma «esmola na ermida do Resgate» de 23 de Maio de 1910 e uma «missa e festa no Resgate», de 1 de Julho de 1916.

Não conhecendo edifícios análogos ao Palacete do 4.º Duque de Lafões nesta rua, ou nas suas imediações, a escolha deste local para residir e construir um edifício, parece pouco evidente. Talvez existisse uma atracção saudosista pelo local, devido à proximidade do Palácio da Bemposta, da casa onde vivera a Severa, na Rua da Bemposta, ou da Praça de Touros do Campo de Santana, entretanto demolida, ou ainda da Estrada de Sacavém, cujas Hortas o Duque era frequentador (cf. Monteiro, 1947 143). O afastamento do Palácio do Grilo poderá dever-se ao facto de existir um certo mal-estar devido à circunstância de D. Caetano de Bragança se ter casado com uma senhora espanhola, sem qualquer ligação à nobreza, e de já terem cinco filhos na altura do casamento. A situação financeira talvez também não tenha sido favorável para a aquisição de um terreno mais vasto, pois no referido *Registo de Despesas Particulares*³⁵, em 2 de Julho de 1920, lê-se: «desempenhei no M. P. Geral, há muito tempo empenhados» uma série de peças de ourivesaria, incluindo «brincos e correspondente broche com diamantes semelhantes que tinham vindo do Grillo», conjunto no valor de 430. 000 escudos.

O que é certo é que em 1897 adquiriu um «prédio urbano com seu jardim», situado na Rua dos Anjos, a Norte do futuro Palacete, no qual mandou acrescentar dois pisos sobre o andar nobre, em 1907³⁶ (Fig. 8). A quinta filha, D. Mariana, nasceu já na freguesia dos Anjos, em 1900, sendo o Duque dado como morador na Rua dos Anjos, n.º 232, tendo como madrinha da batizada a avó materna, que vivia no mesmo edifício³⁷ – podendo-se supor que residiriam neste prédio o casal com os cinco filhos e, talvez, os pais de D. Leonor, ou mesmo a irmã de D. Leonor,

³⁴ ANTT, Casa de Lafões, *Registo de Despesas Particulares*, Livro 80, p. 80.

³⁵ ANTT, Casa de Lafões, *Registo de Despesas Particulares*, *Idem*.

³⁶ ANTT, Casa de Lafões, NP 90, 33 e 35, «Lisboa: Rua dos Anjos, n.º 228 a 234 A»; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Lafões, NP 90, n.º 30, «Lisboa: Rua dos Anjos, n.º 232 a 232 A».

³⁷ ANTT, Paróquia dos Anjos, Livro de Registo de Batismos, 1900, fl. 83 v – 84.

D. Genoveva (c. 1874-1943), que só se casou em 1917³⁸. Em 1914, com a abertura da Avenida Almirante Reis, a Rua dos Anjos era já numa via secundarizada, o que permitiria uma vivência discreta.

O Palacete da Rua dos Anjos

O Palacete começou a ser construído em 1914, num espaço ajardinado, contíguo ao prédio adquirido em 1897. Data desse ano a «Memoria Descritiva»³⁹, onde se pode ler que:

«Compõe-se a construção de um pavimento de nível com o regueirão dos Anjos destinado a garage, e armazem com galeria; tres pavimentos (cáve, rez-do-chão, e 1.º andar sobre a Rua dos Anjos) destinados a habitação propria e dependencias, e um terraço sobre todo o edificio.

(...)

Os pavimentos serão de abobadilha de tijolo no terraço e nos pisos sobre o armazem e sobre a garage, com vigas de ferro (...).

A parte da cave que não fica sobre a garage bem como esta e o armazem terão os pavimentos formados de botunilha hidraulica. Os restantes pavimentos serão de madeira (...).

Sobre os tectos do 1.º andar ficará um espaço destinado a isolar as casas do calor e da humidade provenientes do terraço e que será acessível somente para limpeza e reparações (...).»

O pedido foi entregue na Câmara Municipal de Lisboa, juntamente com os alçados e as plantas, em 1914 (Figs. 9 e 10). A 9 de Maio foi aceite e, em 9 de Julho, o Construtor Civil (n.º 171), Luiz dos Santos Pinhão⁴⁰ tomou responsabilidade de construção da obra. Logo em Julho de 1914 foi apresentado um projecto de alteração

³⁸ O pai de D. Leonor era jurista. À data da morte, em 1907, vivia com a sua mulher numa casa da Rua de Arroios, n.º 98, isto é, mais para Sul. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia de São Jorge de Arroios, Livro de Registo de Óbitos, 1907, fl. 59 – 59 V. D. Sebastiana faleceu na freguesia dos Anjos, na Rua dos Anjos, n.º 134, em 1921. Cf. ANTT, 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Livro de Registo de Óbitos, 1921, fl. 172.

³⁹ AML, Obra N.º 18519, Processo 2073/14, 2 de Julho de 1914.

⁴⁰ Começando por ter loja no n.º 20 da Calçada do Duque, passou a viver no n.º 4 em 1915, em ambos os casos em propriedades arrendadas a D. Caetano de Bragança. Não só foi mestre de obras em diversas obras para D. Caetano, como desde 1920 passou a exercer a função de administrador dos negócios da casa. Cf. ANTT, Casa de Lafões, Livros de Registo de Receita e Despesa. Foram consultados os livros 105-109, 125 e 138, entre os anos de 1912 e 1920.

para os dois pavimentos inferiores: «(...) transferir a garagem do 1.º para o 2.º pavimento, aproveitando n'este mais espaço para dependências da sua habitação; suprimir as escadas exteriores na passagem do lado norte; (...) e elevar toda a construção de forma a reduzir a percentagem da rampa que serve a garagem (...)»⁴¹. Esta alteração é de sublinhar, porque tem influência na organização da planta: deste modo, o andar do Regueirão dos Anjos ficou totalmente reservado para armazéns, separando-se do uso da família. Do lado da Rua dos Anjos passaram a existir três entradas: do lado esquerdo, o portão mais largo, que, descendo por uma rampa, acede à garagem e a uma porta de serviço, na cave; do lado direito, o portão mais estreito, subindo um pequeno lanço de escadas, permite o acesso à entrada principal da casa, pelo rés-do-chão.

A obra terá avançado imediatamente, mas com alterações, pois a 11 de Dezembro de 1917, foi apresentado um novo projecto para a cave, do coroamento da fachada principal e do «pavilhão -claraboia», situado no terraço⁴². Nova alteração surgiu a 20 de Maio de 1918, com um projecto de terraço sobre o pavilhão, para «aproveitar (...) a cobertura em cimento armado do Pavilhão-claraboia (...), fazendo um para-peito de alvenaria de tijolo com capeamento de cantaria (...) e uma escada de ferro para dar acesso ao mesmo terraço (...)»⁴³. Há ainda uma alteração no projecto de escada de serviço (datado de 7 de Junho de 1919), avisando-se (a 23 de Junho) que iria substituir a inicialmente planeada⁴⁴.

Em 28 de Fevereiro de 1921, D. Caetano de Bragança requisitou a vistoria «para a habitação do predio que construiu na rua dos Anjos, n.ºs 128 e 130, freguezia dos Anjos, 1.º Bairro», o que foi aprovado, podendo o prédio ser habitado a partir de 30 de Abril⁴⁵. Através do *Registo de Despesas Particulares*, sabemos que a «Estreia da casa na r. Anjos» fez-se em Julho: «28 Dormimos todos nos nossos respectivos quartos»⁴⁶. A numeração das portas para a Rua dos Anjos, começou por ser n.ºs 128-130 («por mandado da Presidência desta Câmara datado de 9 de Setembro de 1920»); do lado do Regueirão dos Anjos foram dados os n.ºs 51-53 às duas portas («mandado de 5 de Julho de 1922») ⁴⁷.

⁴¹ AML, Obra N.º 18519, Processo 5875-1.ªREP-PG-1914, 2 de Julho de 1914.

⁴² AML, Obra N.º 18519, Processo 2073-1.ªREP-PG-1914 – Folha 6.

⁴³ AML, Obra N.º 18519, Processo 7429 – Requerimento de 20 de Maio de 1918.

⁴⁴ AML, Obra N.º 18519, Processo 6333, 1919.

⁴⁵ AML, Obra N.º 18519, Processo 22622, folha 2.

⁴⁶ ANTT, Casa de Lafões, *Registo de Despesas Particulares*, Livro 80, p. 80.

⁴⁷ AML, Obra N.º 18519, Processo 136, 1936. Importa notar que o projecto previa três portas do lado do Regueirão, mas a terceira, do lado direito, foi entaipada, ou nem chegou a ser aberta.

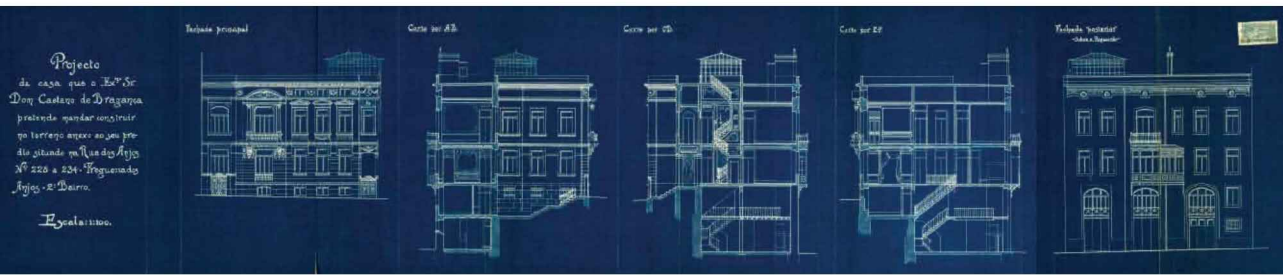


FIGURA 9 • «Projecto da casa que o Exmo Sr. Dom Caetano de Bragança pretende mandar construir no terreno anexo ao seu predio situado na Rua dos Anjos N.ºs 228 a 234 – Freguezia dos Anjos – 2.º Bairro», in Arquivo Municipal de Lisboa, Obra 18519, Processo 2073/PG/1914, Folha 4.



FIGURA 10 • «Casa do Exmo Sr. Dom Caetano de Bragança», in Arquivo Municipal de Lisboa, Obra 18519, Processo 2073/PG/1914, Folha 6.

Entretanto, o filho mais velho, D. Afonso, casou-se em 1920; D. Leonor de Osete faleceu, a 12 de Outubro de 1921, sendo dado o Palacete como sua morada⁴⁸. D. Caetano terá habitado na casa com as duas filhas solteiras, até ao seu falecimento a 7 de Outubro de 1927. Após a morte de D. Caetano, a casa passou para essas duas filhas, D. Henriqueta e D. Joana, que, a 14 de Dezembro de 1931, apresentaram na Câmara de Lisboa um «Projecto para alterar duas divisórias no predio (...)». As alterações eram em salas do r/c e 1.º andar, pretendendo-se a demolir duas divisórias e mudar uma porta⁴⁹. Em Junho de 1936, as mesmas proprietárias quiseram fazer novas transformações, que incidiram sobretudo nas escadas para a copa⁵⁰. Por despacho publicado no *Diário Municipal* n.º 918, de 14 de Julho de 1938, as portas 128-130 da Rua dos Anjos passaram a ter os n.ºs 82-82A⁵¹.

⁴⁸ D. Leonor faleceu na Casa de Saúde de Benfica, tendo como morada a Rua dos Anjos, 130. Cf. ANTT, 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Livro de Registo de Óbitos, 7/5/1921-18/11/1921, 1899-1905, fl. 162 v.

⁴⁹ AML, Obra N.º 18519, Petição 6294. Segundo esse documento o Palacete tinha o n.º 128 e 130.

⁵⁰ AML, Obra N.º 18519, Processo 136, 1936.

⁵¹ AML, Obra N.º 18519, Processo 15792, 1978.

Em 22 de Maio de 1978, o proprietário era já D. Pedro de Bragança (n. 1936⁵²), que terá ponderado a hipótese de mandar demolir o edifício: «Dom Pedro de Bragança, morador na Rua do Ouro, 200-2.º, 1100 Lisboa, proprietário do edifício situado na Rua dos Anjos, n.ºs 82/ 82 A, freguesia dos Anjos, em Lisboa, solicita a V. Excia. se digne mandar informar quais os condicionamentos à construção para o local». Data de 23 de Julho de 1979, um parecer, assinado pelo arquitecto Mário Baptista, onde se lê: «Relativamente ao requerido a fls. 1 cumpre a estes serviços informar que o local está ocupado por um edifício de que a fotografia a fls. 3 nos dá uma imagem e que não se considera possível de demolição pelo inegável valor arquitectónico que revela». Segundo uma fotografia no processo camarário, na altura estava aqui o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas⁵³. Em 27 de Julho de 1983, o irmão de D. Pedro, D. Duarte de Bragança (1934-1994) voltou a pedir para demolir o edifício e construir um novo. Houve uma tentativa de vender o edifício à Câmara, mas esta não se mostrou interessada⁵⁴. O edifício foi adquirido por particulares numa cronologia mais recente, estando a primeira cave transformada num pequeno apartamento destinado a aluguer para alojamento temporário.

Descrição

A morfologia do edifício assenta numa planta rectangular irregular, quase trapezoidal, sendo mais largo do lado oriental, voltado para a rua do Regueirão dos Anjos (traseiras). Apresenta quatro pisos, sótão e terraço (Figs. 9 e 10), mais alto no lado do Regueirão devido ao declive do terreno. A fachada principal voltada para a Rua dos Anjos é definida por dois pisos à largura de seis vãos, com um corpo central mais avançado, de quatro vãos, no alinhamento da rua, e dois recuados, um de cada lado, simetricamente. Este recuo dos corpos laterais poderá ter tido o objectivo de simular o efeito de um jardim⁵⁵, dando destaque à entrada principal através de uma pequena escadaria, recurso usado pelo arquitecto Norte Júnior (1878-1962) em

⁵² Filho de D. Afonso.

⁵³ AML, Obra N.º 18519, Processo 21448, 1979, Folhas 1 e 7.

⁵⁴ AML, Obra N.º 18519, Processo 40476, 1983.

⁵⁵ Acerca da inexistência de um jardim, devemos notar três aspectos distintos: um é a preocupação com o terraço no topo do edifício, que poderia destinar-se a suprir de algum modo esta falta (questão a que voltaremos); depois, na altura da construção do palacete, o espaço em frente, do outro lado da rua, era ajardinado; por último, D. Caetano teve a preocupação de colocar alegretes na entrada secundária, do lado da garagem, que ainda subsistem.



FIGURA 11- Palacete do 4.º Duque de Lafões. Fotografia de Hélder Carita.

palacetes como o da Praça Duque de Saldanha (1912)⁵⁶. No caso do Palacete do Duque de Lafões, como os corpos laterais são estreitos, especialmente o da direita, o recuo torna-se discreto e pouco perceptível a partir da rua.

Vemos quatro linhas de janelas, as de baixo, mais estreitas, constituindo aberturas térreas para iluminação da cave. O rés-do-chão é revestido por cantaria de junta fendida, numa sugestão de herança palladiana⁵⁷, característica dos palacetes lisboetas oitocentistas. O corpo mais avançado é rasgado por quatro vãos. Numa distribuição assimétrica, que recorda a tradicional marcação palaciana do eixo portal sacada, temos do lado esquerdo uma janela de sacada protegida por balaustrada, sobrepujada por balcão suportado por duas consolas decoradas com fitas e motivos vegetalistas (acanto e rosas, símbolos de vida eterna, superação, amor e martírio) (fig. 12). As restantes janelas são de verga recta, coroadas por cornija sobrelevada, unindo-se às do primeiro piso.

⁵⁶ Sobre este arquitecto, cf. Fernandes, 2021.

⁵⁷ Joana Cunhal Leal sugere que o revestimento de cantaria «no piso térreo à maneira de Palladio», contribui para a sua nobilitação. Sobre esta questão, cf. Leal, 2005, 543-544.

Nos vãos do piso nobre, sobressai a sacada do lado esquerdo, com balcão protegido por balaustrada, ladeado por duas colunas com capitel compósito, que sustentam um frontão em arco abatido, cujo tímpano ostenta o brasão da Casa de Lafões (Fig. 10), elemento significativo, visto que confere à residência a natureza de uma casa senhorial (cf. Seixas, 2014, 98). Importa notar que o brasão é partido, tendo no primeiro campo as armas de Portugal, no segundo as armas dos Sousa de Arronches em contra esquartelado, alternando os cinco escudetes postos em cruz e a bordadura de sete castelos, com duas cadernas de crescentes. O escudo está encimado pela coroa de duque e ladeado por ramos de louro, cujo simbolismo se liga à imortalidade e à glória (cf. Chevalier e Gheerbrant, 1982, 563). Note-se que desde o final da Monarquia que se tinham tornado raros os palacetes com brasões na fachada, o que poderá resultar deste elemento ter passado a ser taxado em 1887, por um tributo que «atingiu todos os titulares e os donos de edificios ostentando pedras de armas» (Vasconcelos, 2003, 78). Um exemplo são as dependências do Palácio Vale Flor, do arquitecto José Ferreira da Costa (c. 1879-c. 1919), datadas de 1908 (Costa, 2000, 119). No entanto, o Palacete do Duque de Lafões foi construído durante a Primeira República, sendo de salientar que o brasão estava previsto no projecto apresentado à Câmara e por ela aprovado – o que se explica talvez pelo caso da Rua dos Anjos já não ter a importância que tinha anteriormente, tornando menos significativa a decoração exterior do edifício.

As três janelas laterais simulam sacadas pelo facto da moldura inferior, que se une ao rés-do-chão, ser decorada com tríglifos, a do meio ostentando uma grinalda. A janela do centro é coroada por moldura de arco abatido, que ecoa o frontão do lado esquerdo, sendo o tímpano decorado com uma urna e folhagem em relevo. As outras duas sacadas ostentam pequeno frontão triangular com tímpano vazio. Sobre estas três janelas estão outras mais estreitas, que iluminavam o sótão destinado a isolar as casas do calor e da humidade. Nos nembos, entre essas janelas, estão cartelas decoradas com grinaldas e florões, que recordam a fachada noroeste do Palácio do Grilo (Figs. 14 e Fig. 2). Aliás, as grinaldas estão presentes em diversos locais da fachada (e mesmo no interior da casa), sendo de notar que este elemento decorativo foi muito usado nesta época, nomeadamente pelo arquitecto Norte Júnior (cf. (Costa, 2000, 119-120), mas também fora de Portugal, surgindo por exemplo na Villa Enos, em Nice, do arquitecto Jean-Baptiste Blanchi (1852-1913). Quer nas grinaldas quer em outros elementos decorativos reconhecem-se para além das rosas, outras flores como os girassóis (símbolo de devoção e fé) (Monteiro et al, 2020, 138).

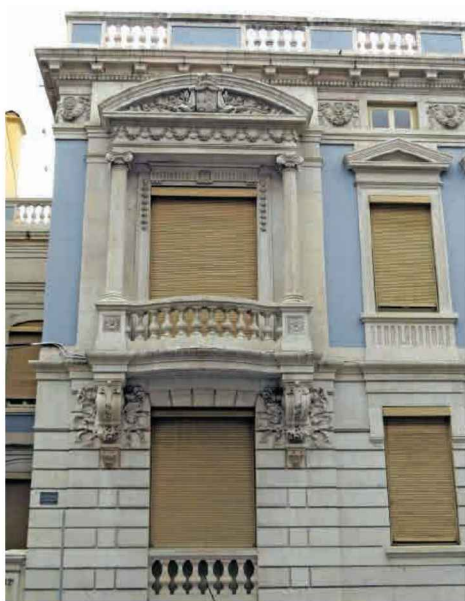


FIGURA 12 · Balcão com frontão brasonado. Fotografia de Francisco Queiroz.



FIGURA 13 · Detalhe do Brasão no Palacete do 4.º Duque de Lafões. Fotografia de Francisco Queiroz.

Como antes mencionámos, as entradas para a casa situam-se nos corpos laterais, mais recuados, separando-se da rua através de portões em ferro forjado. A da esquerda, mais larga, dá para uma rampa que desce até à garagem e a uma entrada de serviço, para a cozinha, ambas na cave. A entrada do lado direito, com o número 82, é a mais estreita, mas é a mais nobilitada, assumindo o papel de portal do pequeno palácio, sendo o acesso feito subindo um pequeno lanço de escadas entre o portão e a porta propriamente dita. Importa assinalar que nesta entrada principal há um revestimento de cantaria, que se eleva apenas ao nível do primeiro piso, simulando um muro, que enobrece a entrada. Do lado esquerdo, com a rampa para a garagem, a empena do edifício vizinho tem janelas que se abrem para o pátio do Palacete, o que se explica pelo facto de o Duque de Lafões ser também o proprietário desse edifício⁵⁸.

A porta principal é ladeada por pilastras com capitéis retos, suportando uma verga decorada com grinalda de flores, entre elas rosas – flores que surgem várias vezes na decoração da casa, sendo símbolo do amor e relacionadas com a rosa mística das litánias da Virgem Maria (cf. Chevalier e Gheerbrant, 1982, 824) (Fig. 12). No alinhamento do portal vemos uma janela de peito com cornija sobrelevada, decorada com uma outra cartela onde se encontra um baixo relevo com uma pomba de asas abertas, junto de um ramo de flores (novamente rosas), uma Bíblia e um terço⁵⁹. Esta janela iluminava o oratório da casa, acentuando a ligação desta habitação à igreja católica. Sobre a cornija vemos ainda outra cartela mais larga, onde está o retrato em perfil do 2.º Duque de Lafões, dentro de moldura redonda, encimada por grinalda, tendo, em baixo, a frase: «Qui mores hominum multorum vidit et urbes». Esta citação é muito relevante, uma vez que nos remete para o retrato gravado do 2.º Duque de Lafões, de Juste Chevillet (Fig. 1 e Fig. 13), dando a atender que havia por parte do 4.º Duque uma clara vontade de homenagear a memória do seu bisavô⁶⁰.

⁵⁸ Poderá perguntar-se porque construiu o edifício no terreno ao lado, bastante estreito, em vez de demolir o prédio mais antigo, mas é de supor que os motivos poderão ter sido de ordem prática: o Duque vivia nessa casa com a família enquanto decorriam as obras; terá desejado manter o antigo edifício para rendimento.

⁵⁹ No projecto inicial, este relevo continha também outros símbolos religiosos, como palmas, lírios, um cálice, um báculo e uma chave, neste caso aludindo a São Pedro. Desenho com data de 17 de Agosto de 1916, que se encontra no ANTT, Casa de Lafões, NP 81, pt. 3, n.º 39.

⁶⁰ Há dois projectos onde se apresentam outras possibilidades para este espaço, mas que não se concretizaram: num vemos um perfil da deusa Minerva (nesse projecto, o relevo para o oratório não apresenta associação à igreja católica) e noutro, o final, entregue à Câmara, o perfil de um homem barbado. Projecto que se encontra no ANTT, Casa de Lafões, NP 81, pt. 3, n.º 30 – «Cantarias das janelas para o lado da Rua dos Anjos, 1.º andar»; Projecto que foi entregue à Câmara Municipal de Lisboa, em 1914, in AML, Obra N.º 18519, Processo 2073/1.º REP/PG1914, folha 4.



FIGURA 14 • Coroamento da Fachada Principal. Fotografia de Hélder Carita.

Todo a fachada é sobreposta por uma cornija saliente, sobre a qual se vê uma balaustrada interrompida, que serve de protecção para o terraço – balaustrada essa que nos envia para uma estilística oitocentista, menos vulgar num edifício do primeiro quartel do século XX, quando já se estabelecera a frontaria com beiral ao gosto “Casa Portuguesa” (Lino, 1929) ou um tipo de cimalkhas curvas ou de linhas quebradas, por exemplo em edifícios assinados por Norte Júnior (Costa, 2000, 114). O remate em balaustrada, contudo, surge no Palácio Lima Mayer (1899), de Nicola Bigaglia (1841-1908) e em edifícios como o Palácio de Balsera, em Avilés (Espanha), construído cerca de 1917, pelo arquitecto Antonio Palacios (1874-1945) para Victoriano Fernández Balsera.

A presença do terraço é significativa, pois demonstra o interesse de D. Caetano de possuir um lugar onde pudesse ter uma vista desafogada sobre a cidade, acrescida ainda por outro pequeno terraço sobre a claraboia, servindo de miradouro. De facto, não conhecemos outros casos de palacetes com terraço para esta cronologia, muito embora fosse habitual a construção de um miradouro sobre o telhado, nomeadamente em edifícios do final do século XIX – caso do palacete de Guilhermina Andrade Bastos (1891), no Torel, do arquitecto italiano Sebastião Locati (1861-1939). O que

torna este terraço mais inesperado é o facto de corresponder a toda a cobertura da casa, sendo que a existência de terraços em palácios, sem servir de cobertura para os mesmos, pode ser encontrada no próprio Palácio do Grilo, com o terraço que foi construído sobre o piso térreo, formando uma varanda para o rio (Fig. 3).

São igualmente de referir os portões de acesso à casa ambos de ferro forjado, decorados com grinaldas e motivos florais. Na porta principal (Fig. 15), também de ferro, a ferragem é ornamentada com um cesto de flores, num efeito que simula um painel de ripas de madeira entrecruzadas, efeito esse que talvez se deva a influência do gosto da “Casa Portuguesa”.

A fachada oriental, voltada para a rua do Regueirão dos Anjos, é mais simples, praticamente sem elementos decorativos, muito embora o projecto inicial desse a entender uma aproximação à Arte Nova, pelos arcos abatidos das portas, pelo friso de azulejos planeado sob a platibanda, mas também pela marquise do andar nobre em ferro forjado, sobrepujada por varanda (Fig. 9). O cuidado na decoração deste lado da casa provavelmente não passou do projecto, visto que não há vestígios de azulejos, sabendo-se que a marquise foi alterada numa cronologia recente.

Sendo esta fachada mais alta, visto que o edifício se situa sobre um declive, deste lado apresenta mais um piso (Fig. 17). Observamos um total de cinco linhas de vãos, as duas de baixo correspondendo à cave e ao piso térreo (para armazéns). Neste piso existem duas portas, do lado esquerdo, encimadas por janelas em arco abatido, inscritas em moldura recta decorada com dois círculos nos cantos – único motivo decorativo previsto no projecto e que foi concretizado. A partir do 3.º piso temos os vãos correspondentes à residência propriamente dita. Num primeiro registo estão janelas de peito, em moldura recta, as duas centrais inscritas num volume mais saliente, que serve de base para a varanda no piso superior. Este piso tem duas janelas ao centro, unidas pela varanda, tendo dos lados duas janelas de peito. No topo está mais um conjunto de seis pequenos vãos para iluminação do sótão, sendo o terraço protegido por um murete simples, num gosto mais sóbrio.

Os Interiores

O interior do Palacete do 4.º Duque de Lafões sofreu algumas alterações desde o projecto inicial até à actualidade. No projecto de 1914 (Fig. 10), para a «cáve», estão assinaladas divisões com as nomenclaturas: «Criado», «Banhos de criados» e «Engomados», quartos (três), um «Gabinete» e um «Atelier».

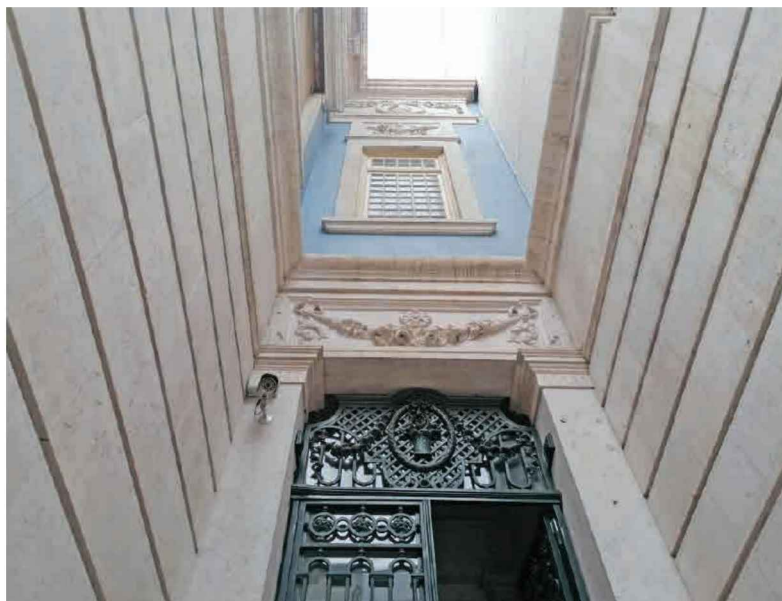


FIGURA 15 · Porta principal do Palacete. Fotografia da autora.



FIGURA 16 · Cartelas sobre o portal de entrada. Fotografia de Francisco Queiroz.



FIGURA 17 · Traseiras do Palacete.

No «rez-do-chão», no lado voltado para o Regueirão dos Anjos, ficava a casa de jantar, cozinha, salas de «Costura» e «Escriptorio», um «Gabinete», uma «Despensa», voltadas para a Rua dos Anjos, ficava um «Bilhar» (junto do Gabinete), «Saleta» e «Sala». Esta distribuição do espaço é característica da casa burguesa desde o século XIX, nomeadamente pela presença da sala de costura junto da cozinha, com funções mais relegadas para a vida feminina. Significativo é também a presença da sala de bilhar e do gabinete, voltados para a Rua dos Anjos, sendo estes dois espaços mais marcadamente masculinos. Desse lado estavam também uma Saleta e a Sala (de estar ou de recepção), perto da porta da rua⁶¹.

No «1.º andar», ficariam cinco quartos, um «Banho e W. C. », uma «Toilete», «Roupa» e «Oratório» (Fig. 16). Este espaço foi projectado com vãos de arco em ogiva (Fig. 9), numa aproximação à arquitectura medieval que foi comum no final do século XIX, pela procura «da pureza cristã, do misticismo e da fé» (Fevereiro, 2017, 483), sendo de referir que, para o Palácio Centeno, de Nicola Bigaglia, fora desenhada

⁶¹ Sobre a distribuição do espaço nas casas do século XIX-XX, cf. por exemplo: Mignot, 1994, 283; Lemos, 2014, 330.

uma capela ao gosto bizantino (entre 1900 e 1908). Contudo, na construção final, o oratório assumiu uma configuração mais clássica, demarcando-se do projecto inicial neogótico – assunto ao qual voltaremos.

Nos interiores sobressaem as pinturas no tectos, além dos azulejos historiados e de padrão que forram os lambris de todas as divisões. Logo na entrada, passando a porta principal, deparamos com um pequeno átrio em cujo tecto vemos uma pintura com um cesto de flores e grinaldas, num estilo romântico que, de um modo geral, se repete e desenvolve nas restantes divisões. Nas paredes laterais, estão dois painéis de azulejos figurativos azuis e brancos, mostrando, em moldura circular, vistas do Palácio do Grilo (Figs. 18 e 19), o da esquerda com a legenda: «Trecho dos Jardins do Palacio do Grillo»; o da direita com a legenda: «Fachada da Sala Nobre do Palacio do Grillo, onde se Celebraram as Sessões Preliminares para a Fundação da Academia Real das Sciencias (de Portugal)»⁶² (cf. com Fig. 4).

Passando uma segunda porta, acede-se a um vestíbulo de onde parte a escadaria para o andar superior. Do lado interior da porta de entrada da casa vemos um trabalho em estuque dourado com uma grinalda de flores suspensas de olhais, tendo ao centro um medalhão com um busto feminino de perfil (Fig. 20). Também no vestíbulo as paredes têm painéis de azulejos figurativos azuis e brancos, em moldura de perfil contracurvado, desta vez dedicados à Quinta da Torre Bela (dos Duques de Lafões, na Azambuja). Um deles mostra a entrada da Quinta, com um campino, e tem a legenda «Portão da Tapada da Torre Bella» – vendo-se sobre o portão o brasão dos Sousa de Arronches (Fig. 18). O outro apresenta uma cena de caça, e tem por baixo o mesmo brasão, acompanhando-se da legenda: «Veado Real alanceado na Tapada da Torre Bella no Dia 25 de Janeiro de 1893». Está assinado «AR. Santos / F. V. Lamego Lisboa» (Fig. 19). Há ainda um painel mais estreito com uma cabeça de gamo, aludindo igualmente à caça. A presença destes painéis figurativos na entrada da casa poderá remeter para o gosto “Casa Portuguesa”, mas não se deve esquecer que também no Palácio do Grilo, que julgamos que terá inspirado o Palacete, há azulejos figurativos, por exemplo numa das entradas (que dá para uma escadaria), igualmente azuis e brancos, com temas de caça. Aliás, as portas interiores de gosto oitocentista apresentam bandeiras de vidro, num gosto que pode também fazer lembrar os antigos palácios, como o do Grilo (cf. Figs. 5 e 27).

⁶² No projecto (Fig. 9), o corte Sul permite ver que para o átrio estava planeada uma pintura com uma mulher, num tipo de decoração que recorda o estilo Arte Nova, mas que também poderia ser uma evocação da Sala de Vénus do Palácio do Grilo, onde existia uma «pintura a fresco, representando Vénus a emergir das ondas entre dois tritões» (Araújo, 1950, 37; Braga, 2021, 422-428).



FIGURAS 18 E 19 • Azulejos do Átrio: «Trecho dos Jardins do Palacio do Grillo» e «Fachada da Sala Nobre do Palacio do Grillo, onde se Celebraram as Sessões Preliminares para a Fundação da Academia Real das Sciencias (de Portugal)». Fotografias da autora.



FIGURA 20 • Estuque da porta da entrada, pelo interior. Fotografia da autora.

Assim como já mencionámos, as salas têm todas os tectos pintados, em geral com motivos florais e grinaldas, mais ou menos alusivos à função de cada divisão. A sala junto do átrio, que seria um espaço de estar e de recepção é decorada com rosas; uma saleta seguinte tem também decoração vegetalista, acrescentando-se pássaros.

Na sala subsequente, ainda voltada para a Rua dos Anjos, e que seria inicialmente a sala de Bilhar, a decoração é mais complexa, lembrando a pintura parietal neoclassicista, do final do século XVIII: na cercadura vêem-se mascarões e bustos de perfil clássico, ao centro um jovem e uma criança, nos topos observam-se pequenos frisos com *putti* a brincar, junto de cornucópias com rosas, o que recorda a decoração das sobreportas da Sala Chinesa e de outra sala contígua do Palácio do Grilo (Fig. 23; cf. também Fig. 5). Na parede, o lambril de azulejos, a azul e amarelo, joga com torres e cadernas de crescentes inspiradas pelo brasão dos duques de Lafões (Fig. 24) – um motivo que se encontra nos azulejos de padrão das outras salas da casa, como a Sala de Jantar e o Oratório, por exemplo.

O tecto da sala seguinte, do lado Norte, que seria inicialmente um gabinete, é decorada com aljavas de setas, flores e pássaros. No canto Noroeste fica a sala de jantar, em cujo tecto vemos motivos decorativos clássicos, com fitas e frutos na zona central; na cercadura vêem-se medalhões com símbolos de caça: cabeças de veado e javali, setas, cornetas e cestos com pássaros.

Para além da Sala de Jantar, era no lado do Regueirão dos Anjos, mais resguardado, que ficava a cozinha, a despensa e uma escada de serviço, com azulejos de figura avulsa. Importa notar que no projecto inicial já se previam duas cozinhas, uma no rés-do-chão e outra na cave, sendo de supor que esta última se destinava aos empregados da casa. Na do rés-do-chão destaca-se a marquise, hoje alterada, mas que era em ferro forjado; na da cave sublinhe-se a abobadilha apoiada em vigas metálicas (à prova de fogo) e as paredes com azulejo de padrão estrela-e-bi-cha, que era um motivo tradicional. Sobressai também no chão o uso do mosaico hidráulico, em ambos os pisos. Ainda desse lado da casa ficaria uma sala de costura e um escritório, mas hoje existe apenas uma divisão – alteração que talvez ainda tenha sido feita durante a construção pois o tecto e as paredes apresentam uma decoração idêntica à das outras divisões. No projecto também se previa um corredor de ligação entre a entrada principal e o referido escritório, do lado oriental, mas esse espaço foi fechado, sendo criada uma arrecadação.



FIGURAS 21 E 22 · Azulejos do Vestíbulo: «Portão da Tapada da Torre Bella» e «Veado Real alanceado na Tapada da Torre Bella no Dia 25 de Janeiro de 1893» (assinado AR. Santos). Fotografias da autora.



FIGURA 23 · Tecto da antiga Sala de Bilhar. Fotografia da autora.

Regressando ao vestíbulo, entramos na escadaria principal que sobressai sobretudo pela sua dimensão e pela iluminação vinda da claraboia, onde, no tecto, vemos o brasão dos Sousa de Arronches (Fig. 25), o que se coaduna com a tradição de ter o brasão da família no interior das casas, especialmente «nos espaços mais frequentáveis pelos visitantes em geral e também mais ligados a práticas de aparato» (cf. Seixas, 2014, 99). De facto, este brasão é visível logo na entrada da casa, embora a escada dê acesso à zona privada do palacete e ao terraço.

Chegando ao patamar do primeiro andar, este é antecedido por três portas, cada uma sobrepujada por um escudo, segurado por dois anjos: o primeiro com o brasão dos Duques de Cadaval, dá passagem para o oratório; o seguinte, é o escudo da Casa de Ligne; o último, voltado a Norte, dos Marqueses de Marialva. Deste modo, celebra-se a história e origem da família: os Duques de Cadaval para D. Segismundo Pereira de Melo, avô de D. Caetano, a Casa de Ligne, para D. Luísa Nassau e Ligne, 1.ª Duquesa de Lafões, mãe de D. Pedro de Bragança; e os Marialva, de D. Henriqueta Lorena e Meneses, 2.ª Duquesa de Lafões (Figs. 26 e 27).

Observando a decoração do piso superior, é de assinalar que o Oratório, deixando de seguir o projecto neomedieval, dá continuidade ao resto da casa, embora o tecto tenha ao centro símbolos cristãos, sendo a ornamentação em tons de azul, com flores, folhas e fitas, ao centro uma Bíblia, uma cruz e um cálice, junto de rosas. Ao redor, a cercadura é feita por uma grinalda com folhas de palma e ramos de oliveira com azeitonas, numa iconografia cristã ligada ao simbolismo da paz (Fig. 28). Nas paredes vemos novamente azulejos de padrão jogando com motivos do brasão dos Duques de Lafões.

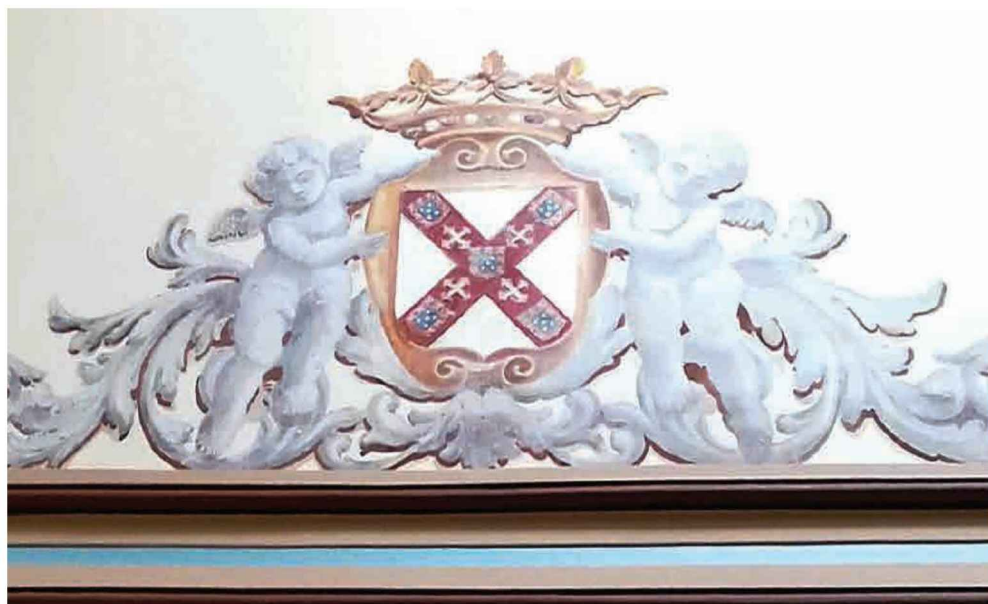
Na decoração dos quartos destaca-se o quarto com a varanda brasonada, onde além das flores e cestos, se veem também pássaros; bem como o quarto Noroeste, sobre a sala de jantar, onde, no tecto, está um pequeno guarda-sol aberto, lembrando o da Sala Chinesa do Palácio do Grilo, que atrás referimos (Fig. 29; cf. também Fig. 5). Note-se que este tipo de interiores, adequa-se ao espírito da Belle Époque, onde primam as flores, as grinaldas e símbolos de abundância (cf. Lévêque, 1991, 181; Leal, 2006; Leal, 2014).



FIGURA 24 · Lambril de azulejos policromos da antiga Sala de Bilhar. Fotografia da autora.



FIGURA 25 · Tecto da escadaria. Fotografia da autora.



FIGURAS 26 E 27 - Portas do Patamar do Primeiro Piso com os escudos dos Duques de Cadaval, da Casa de Ligne e dos Marquês de Marialva. Fotografias da autora.



FIGURA 28 · Tecto do Oratório. Fotografia da autora.

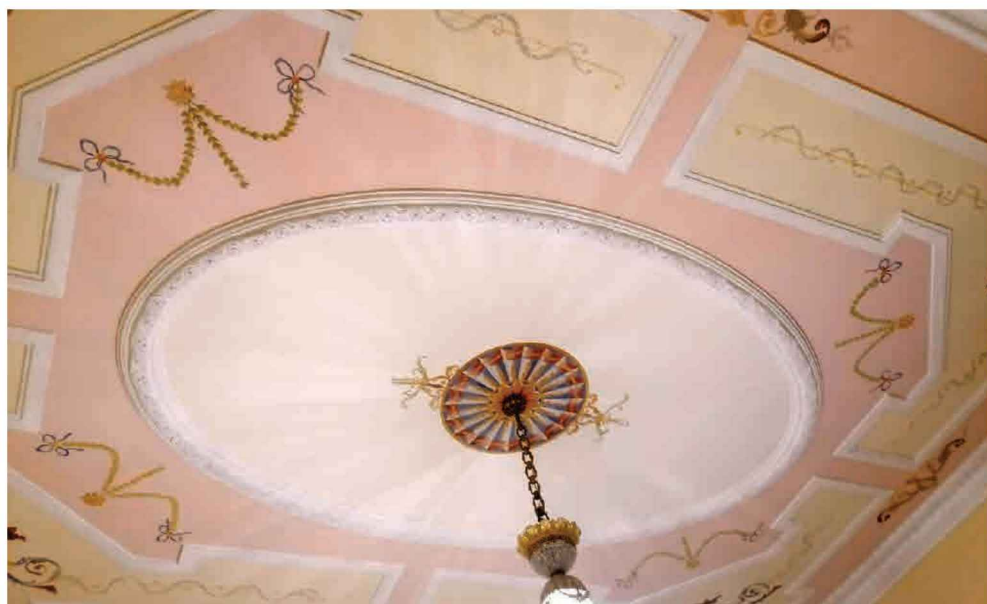


FIGURA 29 · Tecto do Quarto Noroeste. Fotografia da autora.

Considerações finais

O Palacete do 4.º Duque de Lafões é um exemplo de uma tipologia arquitectónica que se desenvolveu em Lisboa – e noutras partes do país – ao longo do século XIX e início do século XX, correspondendo na sua essência a um pequeno palácio. A fachada principal apresenta linhas clássicas, articulada com elementos neobarrocos, destacando-se o balcão com colunas encimado por frontão semicircular. Este balcão assemelha-se aos balcões laterais da fachada principal da Grand Opéra de Paris, de Charles Garnier (1825-1898), datados de 1860-1874. A fachada principal do palacete tem poucos paralelos contemporâneos em Lisboa, sendo por isso difícil atribuir-lhe um arquitecto, uma vez que os projectos não foram assinados e não encontramos documentação sobre o assunto. Deparamos com algumas semelhanças compositivas⁶³ com o Palácio Lima Mayer (1899), do arquitecto italiano Nicola Bigaglia, mas esta hipótese tem de ser descartada porque este arquitecto já tinha falecido em 1914. Uma hipótese a estudar seria a autoria ao círculo de José Luís Monteiro (1848-1942), não só devido à cronologia, como à relativa semelhança com o Palacete da Praça Duque de Saldanha (1908), que lhe é atribuído⁶⁴. Outro aspecto a considerar é que este arquitecto esteve ligado à trasladação da antiga Igreja dos Anjos para o seu novo local, sendo a inauguração da igreja em 1911 (cf. Silva e Lourenço, 2020, 57-71).

O Palacete foi projectado em 1914, ano que corresponde ao início da 1.ª guerra mundial, razão pela qual talvez a sua construção se tenha arrastado ao longo de sete anos, só ficando concluído em 1921. A casa apresenta a configuração que o 4.º Duque de Lafões ambicionou para lá viver com a sua mulher e filhos, provavelmente fazendo pequenas receções, destacando-se a sala de Bilhar, do lado esquerdo do rés-do-chão. A sociabilidade da casa ficava reservada ao piso térreo, sendo o andar superior destinado à família, num tipo de distribuição do espaço comum a partir do final do século XIX, que inverte a tradição anterior de reservar o piso do rés-do-chão para serviços, sendo a escadaria principal o caminho de acesso às salas de recepção (cf. Leal, 1996, 69).

⁶³ Por exemplo, na sobreposição de janelas de sacada por varandas com balaustrada; na alternância de frontões triangulares e de arco abatido no coroamento das janelas.

⁶⁴ Na falta de documentos, a hipótese de uma influência de José Luís Monteiro poderá ser de explorar, não só devido ao classicismo do projecto, como ao facto de ele ter sido aluno da École des Beaux-Arts, onde teve como mestre Jean-Louis Pascal (1837-1920), colaborador de Charles Garnier (1825-1898), na construção da Ópera de Paris. Cf. Trigueiros, 2004.

A casa foi certamente pensada para ter as dimensões e confortos necessários ao gosto e vivências do início do século XX, mais familiar e intimista. A sua localização, num local da cidade que estava agora a ser urbanizado é também eloquente, pois denota um corte com o passado, mantendo a memória da família – nomeadamente pelas numerosas referências aos Duques de Lafões na sua decoração, nomeadamente na fachada brasonada e no busto de D. João Carlos de Bragança sobre a porta principal.

Bibliografia

Documentação de Arquivo

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Processo n.º 2056, Ano de 1927-1928.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Índice de Alunos.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Particular Casa de Pindela.

Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 18519, Rua dos Anjos, 82 e 82 A – Traz Regueirão dos Anjos, 51 e 53.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Livro de Registo de Óbitos, 1921.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Livro de Registo de Óbitos, 1921.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Lafões.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia de São Jorge de Arroios, Livro de Registo de Óbitos, 1907.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia de São José, Livro de Registo de Batismos, 1894 e 1896.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia do Beato, Livro de Registo de Batismos, 1840-1859.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia do Campo Grande, Livro de Registo de Casamentos, 1899-1905.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Paróquia dos Anjos, Livro de Registo de Batismos, 1900.

Fontes impressas

Brasil Portugal, Brasil-Portugal, N.ºs 187 e 188, 1 e 16 de Novembro de 1906; N.º 213, 1 de Dezembro de 1907.

Diário de Lisboa, 8 de Outubro de 1927.

Diário de Notícias, 8 de Outubro de 1927.

HOMERO, *Odisseia*, trad. de Frederico Lourenço, Quetzal Editores, 2018.

Século, 8 de Outubro de 1927

Estudos

AFFONSO, Domingos de Araujo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Ouro da Nobreza*, Vol. II, Braga, Tipografia da «Pax», 1933.

ALMEIDA, Miguel Vale de, «Marialvismo. Fado, touros e saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, V. 37 (1-2), 1997, pp. 41-65 [<https://ojs.lettras.up.pt/index.php/tae/article/view/9644>, acesso em 19 de Maio de 2023].

ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Fasc. 8, Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Fasc. 9, Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

BRAGA, Helena Sofia Ferreira, «*Eis o Exímio Pintor, Douro Cyrillo, tão Grande na Lição como no Estilho*», *Dinâmicas Artísticas na Obra de Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823)*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2021 (Tese de Doutoramento).

BRAGA, Sofia Ferreira, *Pintura Mural Neoclássica em Lisboa, Cyrillo Volkmar Machado no Palácio do Duque de Lafões e Pombeiro Belas*, Lisboa, Scribe, 2012.

BRAGA, Sofia, «Uma nova expressão estética na obra dos artistas Francisco Vilaça, Domingos Costa e Benvido Ceia», in *Artis*, N.ºs 7-8, 2019-2020, pp. 204-207.

CARITA, Hélder, «Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: Nomenclaturas da Casa Senhorial da Idade Média ao Século XIX», in *IV Colóquio Internacional, A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*, Universidade Federal de Pelotas, 2017, pp. 243-259.

CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffond S. A. et Éditions Jupiter, 1982.

COCCHI, Riccardo, «Maria Severa Onofriana: ancestralidade de uma heroína romântica», in *Romanthis – História, Arte, Cultura e Património do Romantismo*, N.º 1, 2022, pp. 202-221.

CLUNY, Isabel, «SILVA, D. Caetano Segismundo de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da (1856-1927), 10.º conde de Miranda do Corvo, 6.º marquês de Arronches e 4.º duque de Lafões», in MÓNICA, Maria Filomena (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910, N-Z*, Imprensa de

Ciências Sociais, Assembleia da República, 2006, p. 670.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Cantarias de Lisboa*; Lisboa, Edições Inapa, 2000.

COSTA, Roberto Dias, *A Paróquia de São Jorge da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1939.

ELIAS, Margarida, «Palacete do 4.º Duque de Lafões», in *A Casa Senhorial*, Novembro de 2022 [<http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/743-palacete-do-4-duque-de-lafoes>, acesso em 1 de Maio de 2023].

ELIAS, Margarida, «Palacetes em Lisboa entre o Século XIX e o início do Século XX – Âmbito e Contextos Sociais, Culturais e Artísticos», in *Artis. on: Multithematic Issue*, N.º 13, 2022, pp. 62-72.

FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, Maria de Lurdes, TOSTÕES, Ana Cristina, CÂMARA, Fernanda Dália Moniz da, *Arquitectura do Princípio do Século em Lisboa, (1900-1925)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

FERNANDES, José Manuel (Coord.), *Norte Júnior ou o Triunfo do Ecletismo*, Lisboa, Caleidoscópio – Universidade Autónoma de Lisboa, 2021.

FEVEREIRO, António Francisco Arruda de Melo Cota, «Os espaços de culto privados na transição do século XIX para o XX», in QUEIROZ, Francisco (Coord.), *Arte, Cultura e Património do Romantismo, Actas do I.º Colóquio “Saudade Perpétua”*, CEPESE, 2017, pp. 477-557.

FLOR, Pedro, «Freguesia Especialíssima, Contributos para o estudo da Freguesia dos Anjos de Lisboa (séculos XVI-XVIII)», in PINTO, Pedro Campos, FERREIRA, Sílvia (Coord.), *A Igreja dos Anjos, Feição Especialíssima*, Letras Paralelas, 2020.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. I, Bertrand, Lisboa, 1990 (3.ª ed.).

LEAL, Joana Cunha, *Giuseppe Cinatti (1808-1879), Percorso e Obra*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (Tese de Mestrado).

LEAL, Joana Cunha, *Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa, da Cidade Pombalina à Cidade Liberal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2005 (Tese de Doutoramento).

LEAL, Miguel Nuno Santos Montez, *A Pintura a Fresco entre Dois Séculos: Pereira Cão (1841-1921) e a Pintura Decorativa em Portugal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006 (Tese de Mestrado).

LEAL, Miguel Nuno Santos Montez, *O Ressurgimento da Pintura Decorativa nos Interiores Palacianos Lisboetas: da Regeneração às Vésperas da República (1851-1910)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014 (Tese de Mestrado).

LEMOS, Patrícia Thomé Junqueira Schettino, Celina Borges, «“O Palacete Carioca”. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro», in MENDONÇA, Isabel, CARITA, Hélder, MALTA, Marize Malta (coord.), *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 319-337.

- LÉVÊQUE, Jean-Jacques, *Les Années de La Belle Époque*, Paris, ACR Edition, 1991.
- LINO, Raul, *A Casa Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.
- LUÍS, Pépe (Pseud. de José Luís Ribeiro), *Fado, Mulheres e Toiros*, Lisboa, Livraria Popular, 1945.
- LUÍS, Pépe (Pseud. de José Luís Ribeiro), *Lisboa das Tôiradas*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1947.
- MACEDO, Luís Pastor de, *Da Ermida de Santa Bárbara à Ermida de Nossa Senhora do Resgate*, Lisboa, 1965. Sep. *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, n.ºs LXIII-LXIV, II série, 1965.
- MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de Memórias, Relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos, e Gravadores Portuguezes*, Lisboa, Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.
- MATOS, José Sarmento de, «Grilo, Palácio do», in PEREIRA, José Fernandes, (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, 1989.
- MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira, *Caminho do Oriente, Guia Histórico II*, Livros Horizonte, 1999.
- MIGNOT, Claude, *Architecture of the 19th Century*, Evergreen, 1994.
- MONTEIRO, Gisela, MESQUITA, Sandra, GONÇALVES, Sara, *Flores de Pedra*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2020.
- MONTEIRO, João, «A Estrada de Sacavém e o Pitoresco dos seus Retiros», in *Olisipo*, N.º 39, Julho de 1947, pp. 137-145.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, COSTA, Fernando Dorez, *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões – uma vida singular no século das luzes*, Lisboa, Edições Inapa, 2006.
- PATO, Heitor Baptista, *São Jorge de Arroios, Uma Freguesia de Lisboa*, Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, 2006.
- PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Dicionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, Vol. IV – L-M, Lisboa, João Romano Torres & C.ª – Editores, 1909, pp. 26-28.
- PEREIRA, José Costa (Coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Publicações Alfa, 1985, pp. 337-338.
- RIBEIRO, Maria de Lurdes, «As vésperas da modernidade: do Intendente à Rua dos Anjos (1898-1908)», in *Cadernos do Arquivo Municipal*, N.º 4, 2000, pp. 104-135.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, «O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento», in MENDONÇA, Isabel, CARITA, Hélder, MALTA, Marize Malta (coord.), *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 87-109.

SILVA, Hélia, LOURENÇO, Tiago Borges, «“Em Substituição da que se Demoliu” A Nova Igreja dos Anjos», in PINTO, Pedro Campos, FERREIRA, Sílvia (Coord.), *A Igreja dos Anjos, Feição Especialíssima*, Letras Paralelas, 2020, pp. 57-71.

SILVA, Raquel Henriques da, «Os Últimos Anos da Monarquia», in MOITA, Irisalva (Coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 406-424.

SOARES, Ernesto, *História da Gravura Artística em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Livraria Samcarlos, 1971.

SUCENA, Eduardo, «MANIQUE, (Diogo Inácio de Pina)», in SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, 560-561.

TRIGUEIROS, Luiz, *José Luiz Monteiro, 1848-1942*, Lisboa, editorial Blau, 2004.

VASCONCELOS, Francisco de, *A nobreza do século XIX em Portugal*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

Páginas de Internet

A Casa Senhorial [<https://acasasenhorial.org>].

Geneall – Portal de Genealogia [<https://geneall.net/pt/>].

Lisboa Interactiva [<https://websig.cm-lisboa.pt/>].

Quinta do Convento [<http://www.quintadoconvento.pt/pt-pt/torrebela/historia.aspx>, acesso em 3 de Novembro de 2022].

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [<http://www.monumentos.gov.pt>]